

EIXO TEMÁTICO 11 | QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL**IMPLICAÇÕES DAS NEGOCIAÇÕES MULTILATERAIS E POLÍTICAS DA
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO NA AGRICULTURA
FAMILIAR****IMPLICATIONS OF MULTILATERAL NEGOTIATIONS AND WORLD TRADE
ORGANIZATION POLICIES ON FAMILY FARMING****José Eugênio Travasso Faria¹****RESUMO**

O estudo analisa o impacto das políticas e negociações multilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC) no comércio internacional de produtos agrícolas e segurança alimentar em diferentes regiões. Além disso, explora-se oportunidades e desafios dessas negociações para agricultores familiares locais e outros atores da cadeia agroalimentar global. A pergunta central é como as negociações da OMC afetam a integração dos agricultores locais e os conflitos no sistema agroalimentar global? A metodologia adotada é uma análise bibliográfica e documental fundamentada no método científico do materialismo histórico-dialético. O estudo conclui que políticas comerciais e financeiras globais contribuem para a insegurança alimentar e minam os meios de subsistência dos agricultores familiares locais. A persistência da agricultura familiar é vista como uma reação aos acordos sobre agricultura da OMC e à imposição de regulamentações comerciais multilaterais na política agrícola nacional.

Palavras-chave: Organização Mundial do Comércio; Agricultura familiar; Sistema Agroalimentar Global; Políticas Comerciais Multilaterais.

ABSTRACT

The study analyzes the impact of the World Trade Organization (WTO) policies and multilateral negotiations on the international trade of agricultural products and food security in different regions. Additionally, it explores opportunities and challenges from these negotiations for local family farmers and other actors in the global agro-food chain. The central question is how WTO negotiations affect the integration of local farmers and the conflicts in the global agro-food system? The

¹ Doutorando em Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas: Email: jose.faria@fssso.ufal.br

methodology employed is a bibliographic and documentary analysis based on the scientific method of historical-dialectical materialism. The study concludes that global trade and financial policies contribute to food insecurity and undermine the livelihoods of local family farmers. The persistence of family farming is seen as a reaction to the WTO agreements on agriculture and the imposition of multilateral trade regulations in national agricultural policy.

Keywords: World Trade Organization; Family Farming; Global Agro-food System; Multilateral Trade Policies.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa situa-se no campo da “Questão Agrária”. Atualmente, prevalece o consenso que a “Questão Agrária” representa um campo de estudo científico que se dedica a estudar, de maneira abrangente ou em contextos particulares, como cada sociedade organiza, ao longo de sua história, o uso, a posse e a propriedade da terra. Estas três dimensões apresentam atributos distintos, ainda que sejam interdependentes. A “Questão Agrária” é o resultado do desenvolvimento desigual da produtividade entre agricultura camponesa e agricultura capitalista (AMIN, 2012). Podemos medir a produtividade bruta do trabalho agrícola pela produção de cereais por trabalhador agrícola por ano. Em pouco mais de meio século, a disparidade entre a produtividade da agricultura menos produtiva do mundo, que é exclusivamente realizada com o uso de ferramentas manuais (tais como enxada, pá, faca etc.), e a agricultura mais avançada e bem equipada do momento, de fato, se acentuou: passou de 1 contra 10 no período do entre as guerras mundiais, para 1 contra 2.000 no final do século XX (Mazoyer; Laurence, 2009). Isso implica que o progresso da produtividade na agricultura e na produção de alimentos foi muito mais desigual do que em qualquer outra área. Concomitantemente, essa evolução resultou na redução dos preços relativos dos produtos alimentícios (em comparação com outros produtos industriais e de serviços) para cerca de um quinto do que eram há cinquenta anos.

Por outro lado, “os sistemas de agricultura camponesa ainda constituem a ocupação de quase metade da humanidade, ou seja, três bilhões de seres humanos” (Amin, 2012, p.12). Esses sistemas agrícolas se dividem entre aqueles que se beneficiaram da revolução verde (fertilizantes, pesticidas e sementes selecionadas), mas ainda operam com pouca mecanização, com uma produção variado entre entre 100 e 500 quintais por agricultor, e outro grupo excluído dessa revolução, com uma produção estimada em torno de 10 quintais por agricultor.

Dada a complexidade da “Questão Agrária”, nesta pesquisa restringe-se para uma análise crítica do impacto das políticas e negociações multilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC) no comércio internacional de produtos agrícolas e segurança alimentar em diferentes regiões. À medida que as instituições financeiras internacionais e corporações transnacionais exercem uma influência crescente sobre os sistemas agrícolas em escala global, torna-se crucial examinar os impactos dessa subordinação na estrutura agrária de países da periferia.

Assim, a pesquisa pretende compreender as determinações instigadas pela dinâmica do capitalismo na agricultura, atribuindo especial importância a Organização Mundial de Comércio (OMC), como elemento mediador na análise. Isso se justifica pelo fato de que essas agências multilaterais se figuram como agentes políticos e ideológicos influentes na formulação, determinação e institucionalização de políticas voltadas para a periferia capitalista. Petras (2006) aponta que o Estado Imperialista para a viabilização do seu projeto neoliberal conta com quatro componentes essenciais: as Instituições Financeiras Internacionais (IFI's); empresas multinacionais; fundações cívico-privadas e universidades; e às autoproclamadas Organizações Não Governamentais (ONG's). Essas instituições forneceram embasamento intelectual e financeiro ao projeto neoliberal. Portanto, a análise das estratégias de reprodução das corporações transnacionais e instituições internacionais fundamenta-se na premissa de agricultura submetida à mercantilização. A mercantilização é entendida como um processo de externalização das relações de produção, onde o agricultor se torna dependente das relações com o ambiente social e econômico seja para comprar insumos e produtos, seja para vender a produção após um ano de trabalho. No entanto, as dinâmicas da agricultura familiar estão cada vez mais influenciadas pela globalização e pela integração nos mercados agrícolas globais. As pressões externas, como políticas econômicas neoliberais, investimentos estrangeiros e mudanças climáticas, têm impactado significativamente a estrutura agrária do país, levando a transformações na produção, distribuição e acesso aos alimentos. Essas transformações, por sua vez, têm repercussões diretas na incidência da fome e na segurança alimentar das populações rurais e urbanas.

O objetivo geral deste estudo é analisar as implicações das negociações multilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC) na agricultura. Busca-se compreender como as políticas e acordos estabelecidos pela OMC impactam a produção agrícola, o comércio internacional de produtos agrícolas e a segurança alimentar em diferentes regiões do mundo.

Além disso, o estudo pretende identificar oportunidades e desafios decorrentes dessas negociações para produtores locais, consumidores e demais atores envolvidos na cadeia agroalimentar global.

Partimos de princípio que subordinação da agricultura familiar às estratégias das organizações multilaterais do sistema agroalimentar global alterou o modo de produção, distribuição e consumo local. Ou seja, a subordinação da agricultura familiar aos ditames do sistema agroalimentar global afeta a produção, distribuição e acesso aos alimentos nos países periféricos. Assim, partimos dos seguintes questionamentos: a) Como as negociações multilaterais e políticas da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre agricultura são caracterizadas não apenas pela integração dos agricultores locais, mas também pela presença de conflitos no sistema agroalimentar global? b) Qual é a razão pela qual a produção de alimentos foi transformada em produção de mercadorias? c) Como as práticas agrícolas adotadas pelas corporações transnacionais impactam a produção e a sustentabilidade agrícola? d) Quais são as estratégias adotadas pelos atores locais, incluindo governos, organizações da sociedade civil e comunidades rurais, para resistir ou negociar as políticas das corporações transnacionais no setor agrícola?

À luz da perspectiva marxista, buscamos elucidar as questões mencionadas com fundamentos da Teoria de Desenvolvimento Desigual de Samir Amin. Evidentemente, os questionamentos não se esgotam nesta abordagem, pelo contrário a partir destes pretende-se abordar o objeto proposto de forma mais abrangente. Para o economista egípcio Samir Amin, a dependência explicava como e por que as tentativas de incorporação da agricultura familiar no sistema mundial não tiveram sucesso. Como Amin mostrou, primeiro em sua dissertação de doutorado de 1957 e depois em uma série de estudos de caso e em um livro sintético após outro, muitos desses projetos foram prejudicados pela substituição de importações e pela industrialização orientada para a exportação e modernização agrícola.

O estudo visa entender as estratégias de resistência e adaptação das comunidades agrícolas às estratégias das organizações comerciais e financeiras internacionais, fornecendo conhecimentos para o desenvolvimento de políticas e práticas que promovam uma abordagem mais justa, sustentável e participativa para o desenvolvimento agrícola. Ao promover uma análise crítica dos impactos das políticas das organizações multilaterais, a pesquisa poderá contribuir para o engajamento na advocacia por justiça social no campo, pressionando por políticas que garantam a redistribuição de terras, acesso equitativo aos recursos agrícolas e

proteção dos direitos dos trabalhadores rurais. Portanto, o estudo não apenas enriquece o conhecimento acadêmico na área de Serviço Social, mas também tem o potencial de gerar impacto significativo na formulação de políticas e práticas que promovam o bem-estar das comunidades rurais marginalizadas e a justiça social no contexto agrícola global.

A investigação foi desenvolvida através de procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica e documental, com análises qualitativas. Portanto, não foi realizado um estudo dos dois eminentes clássicos sobre a agricultura no capitalismo, ambos publicados em 1899, "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia" (Lênin, 1899/1969) e "A Questão Agrária" (Kautsky, 1899/1980) e não objetivo principal desta pesquisa, uma vez que o enfoque consistiu na análise os fundamentos das estratégias das corporações transnacionais e instituições internacionais na agricultura dos países da periferia. Estas obras podem ser devidamente apreendidas no contexto das lutas políticas em que se inseriam seus autores, sendo mais apropriado entendê-los como reflexos intrínsecos dessas lutas do que meras aplicações de uma doutrina elaborada, ainda que de forma incipiente, sobre as leis gerais do desenvolvimento do capitalismo na agricultura (Abromovay, 1998).

Contudo, é a perspectiva teórica do materialismo histórico e dialético que oferece a compreensão mais apropriada da "Questão Agrária" no contexto dos objetivos da pesquisa. Esta abordagem teórica parte da realidade concreta e do cotidiano em direção a abstrações que apreendem o movimento real do objeto, sendo esse entendimento viabilizado apenas por meio de uma perspectiva que incorpora a totalidade e desvela as inúmeras mediações presentes no real para decifrar a complexidade da realidade. Para apreender os alicerces do método do materialismo histórico, procedemos a partir de suas premissas. A partir do pressuposto marxiano, parte-se do entendimento de que as relações sociais e de produção do sistema capitalista resultam no crescimento desmedido da riqueza material, produzida coletivamente pela classe trabalhadora e apropriada de forma privada pela classe burguesa (Marx, 1988). Esse cenário ocasiona a generalizada pobreza dos produtores, ou seja, da classe trabalhadora.

A pesquisa comporta duas seções, além da introdução. Na primeira seção, apresentou-se e discutiu-se o referencial teórico e metodológico da perspectiva do materialismo histórico dialético, fundamentada na Teoria do Desenvolvimento Desigual de Samir Amin no contexto dos objetivos da pesquisa. Esta teoria proporciona uma estrutura conceitual robusta para compreender as disparidades inerentes à agricultura nos países centrais e periféricos, inseridos no contexto global. Na segunda seção discutiu-se a evolução das negociações no setor agrícola

dentro OMS, e sua implicação na agricultura. Por meio de uma abordagem crítica e analítica, foram examinadas as diferentes fases e tendências das negociações realizadas pelas corporações transnacionais no âmbito agrícola ao longo do tempo. Esse exame permitiu uma compreensão mais profunda das dinâmicas econômicas, políticas e sociais que têm contribuído para a perpetuação da fome em diversas regiões do mundo, em especial nos países em desenvolvimento.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS–METODOLÓGICOS DA TEORIA DE DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

A abordagem metodológica na teoria social de Marx deve ser compreendida em sua tríplice fundamentação, consistindo no método crítico-dialético, na teoria do valor-trabalho e na perspectiva revolucionária. Portanto, a análise da concepção teórico-metodológica de Marx se depara com uma série de desafios e complexidades – “desde as derivadas da sua própria complexidade até as que se devem aos tratamentos equivocados a que obra marxiana foi submetida” (Netto, 2011, p. 11). Dessa forma, a transição do concreto real para o concreto pensado viabiliza-se mediante a ativação, pelo sujeito, de um conjunto articulado de categorias. Tais categorias não são elaboradas de maneira abstrata pelo sujeito, mas representam, conforme salientado por Marx (2018, p. 263), “formas de vida, determinações de existência”, sendo, portanto, categorias intrinsecamente vinculadas ao contexto histórico. Netto (2011, p. 21) expõe essa concepção teórica do materialismo histórico da seguinte maneira: “Assim, a teoria é o movimento real do objeto transportado para o cérebro do pesquisador - é o real reproduzido e interpretado no plano ideal que o sujeito pesquisa. [...] é a reprodução ideal do movimento real do objeto”. Através do pensamento, o pesquisador tem a capacidade de reproduzir a estrutura e a dinâmica do objeto investigado. O objeto existe na realidade independentemente do sujeito que o pesquisa. Portanto, o real não reside na mente do pesquisador; ele é apreendido por meio das categorias de análise. O objeto manifesta-se na realidade objetiva, independentemente da vontade do pesquisador. Sua existência transcende a mera aparência objetiva, estendendo-se também à sua essência. Desse modo, para Marx, a distinção entre aparência e essência é crucial. O sujeito pesquisador deve apreender o objeto tanto em sua aparência quanto em sua essência.

É de suma importância observar que, desde o momento em que a ferramenta de análise da dependência foi concebida, seu propósito não se limitava meramente à investigação (Ajl, 2020). Economistas e agrônomos que adotaram esse instrumento não desempenhavam o papel de patologistas. Eles aspiravam a ser agentes de cura. Seu objetivo não era apenas compreender o mundo, mas transformá-lo. Suas críticas eram imanentes, não punitivas, e estavam intrinsecamente ligadas às lutas sociais em prol da revolução.

Amin justamente se tornou o porta-bandeira dessa noção, embora, na verdade, tenha desenvolvido seu pensamento em conjunto com uma camada de intelectuais afins. Tais propostas percorreram todo o espectro: industrialização soberana, reestruturações radicais da abordagem de necessidades básicas para o desenvolvimento e, mais marcadamente, uma crítica proto-agroecológica da modernização agrícola. No entanto, essa crítica é pouco conhecida, fato que é duplamente estranho quando se considera que não foi uma adição desajeitada soldada às vigas estruturais da teoria da dependência. Rastrear essas linhas de teoria e história através do trabalho de Amin é algo que está atrasado. Nos anos 1970 e 1980, ainda mais no mundo em desenvolvimento começaram a discutir a autossuficiência. O que diferenciou Amin foi seu destaque para a integralidade do processo histórico e sua análise das tendências polarizadoras da acumulação em escala mundial.

Amin propôs a categoria de “desvinculamento” para romper as correntes sistêmicas mundiais que prendem tais estados ao núcleo. O “desvinculamento” não era autarquia, mas uma condição para o desenvolvimento periférico “autocêntrico”. O “desvinculamento” era uma escolha política para mudar quem tomava as decisões domésticas e como eram tomadas. Era romper com a racionalidade na qual as escolhas de políticas domésticas eram feitas com o objetivo de valorizar o mercado global capitalista. Em seu lugar, uma “aliança popular” interna imporia restrições e faria escolhas de acordo com sua própria lei de valor - com base nos interesses dos trabalhadores e camponeses. Porque a lei de valor capitalista usava preços relativos como mecanismos de extração de valor e para orientar as tomadas de decisão, romper com eles era necessário para fixar valor.

Contrapropostas de formas globais de democracia social, ele insistia que uma forma mais suave e menos extrativa de inclusão dentro de um sistema capitalista global ainda se baseava em fluxos de valor da periferia para o núcleo. Portanto, para Amin, a “desvinculação” era uma resposta necessária a como a lei do valor e a acumulação em escala mundial criavam núcleos e periferias. Amin listou cinco condições de acumulação autocentrada, que ocorriam

no núcleo: (1) a reprodução da força de trabalho, significando desenvolvimento agrícola que produz excedentes de alimentos e, com o tempo, bens salariais suficientes para o proletariado; (2) centralização de excedentes, o que significava instituições políticas protegidas das pressões dos fluxos de capital transnacionais, e assim tendo capacidade nacional para canalizar investimentos; (3) controle sobre um mercado em grande parte reservado para produção local, e garantindo alguma competitividade de bens locais nos mercados estrangeiros; (4) propriedade formal e liberdade de escolha quanto ao uso ou não de recursos naturais; e (5) controle local sobre tecnologia. Autocentrado não era um sinônimo de autárquico, nem implicava socialismo (Ajl, 2020).

3 ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO NO CONTEXTO DO SISTEMA AGROALIMENTAR GLOBAL

Partimos do pressuposto de que a "agricultura e produção de alimentos" são tratadas como qualquer outra forma de produção, sujeita às regras da competição em um mercado aberto e desregulado, de acordo com as diretrizes estabelecidas nas conferências e negociações das instituições financeiras e comerciais internacionais. Essas estratégias derivam das negociações sobre agricultura em organizações internacionais financeiras e comerciais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC)², realizadas em Doha, Qatar, em novembro de 2001, na V Conferência Ministerial da OMC em Cancun, e o Acordo sobre Agricultura da Rodada Uruguai. A questão abordada aqui é se essa tendência persistirá em relação aos três bilhões de pessoas que ainda estão envolvidas na produção agrícola e vivem dentro do contexto das sociedades camponesas na Ásia, África e América Latina? A pesquisa pretende compreender até que ponto os tais princípios discutidos nestes fóruns seriam promotores do aumento da produção e produtividade?

Com base na competitividade global promovida pela Organização Mundial do Comércio (OMC), aumentos na produtividade só podem implicar tecnologias que poupem mão de obra, sem a possibilidade de absorver os marginalizados em outras atividades econômicas, ou de

² O prazo para acordo sobre modalidades agrícolas em março de 2003 não foi cumprido, e o documento conjunto apresentado pelos EUA e UE em agosto foi amplamente criticado pelos países em desenvolvimento por não abordar adequadamente seus interesses, especialmente em relação ao acesso ao mercado, apoio interno e subsídios à exportação. Em alguns aspectos, o documento representou um retrocesso em relação às expectativas do mandato de Doha (Stiglitz; Charlton, 2005).

migração para fora, como foi praticado pelo Ocidente no decorrer de sua própria industrialização (Amin, 2012). Assim, uma política alternativa é necessária para manter tanto os produtores camponeses no campo quanto promover mudanças tecnológicas a uma taxa consistente com o emprego não rural e não agrícola. A IV Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) realizada em Doha, Qatar, em novembro de 2001, também conhecida como "Rodada de Doha", foi uma reunião crucial para as negociações comerciais internacionais. O principal objetivo da conferência era lançar uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais com foco no desenvolvimento, com ênfase especial nas preocupações dos países em desenvolvimento. Os países subdesenvolvidos desejam a diminuição na cobrança de impostos sobre os produtos agrícolas que exportam para os países desenvolvidos.

O comércio internacional tem passado por grandes mudanças desde a Segunda Guerra Mundial, destacam-se transformações significativas, incluindo a crescente importância do padrão de comércio intraindustrial e uma maior exposição comercial dos países (Rodrigues; Paula, 2008). Apesar das limitações do modelo ricardiano das vantagens comparativas para explicar a crescente complexidade do comércio desde o início do século XX, seus princípios foram preservados em várias formulações teóricas subsequentes. Desde a criação do Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT), em 1948, até o início da Rodada Uruguaí em 1986, o tema agrícola ficou excluído das negociações multilaterais (Rodrigues; Paula, 2008).

Nesse contexto, o princípio do livre comércio, vinculado à eficiência, é considerado uma condição essencial para a competição internacional, baseada na eficiência relativa e na distribuição prévia dos recursos produtivos entre os países (Rodrigues; Paula, 2008). Na agricultura, a intensificação das relações comerciais a partir dos anos 60 conflitou com as estratégias dos governos nacionais, que buscavam estabilidade de oferta nos mercados internos e sustentação dos preços para os produtores. Esta abordagem teve uma resposta crítica da embaixadora do Quênia, Sra. Amina Chawahir Mohamed, que expressou que "o texto UE-EUA (declaração de Doha) não atende às nossas expectativas e, portanto, achamos difícil aceitá-lo como base para nosso trabalho futuro na relação entre subsídios e decisões de produção" (Stiglitz; Charlton, 2005, p.58). Durante 2002 e 2003, muitos países em desenvolvimento expressaram preocupações sobre a direção da Rodada de Doha, sentindo que oferecia poucos benefícios imediatos e acarretava riscos adicionais. Isso levou à retirada desses países da Reunião Ministerial de Cancún em setembro de 2003. Até então, houve pouco

progresso em questões críticas de desenvolvimento.

A falta de avanço na reforma agrícola foi particularmente decepcionante, sendo considerada uma prioridade por muitos países em desenvolvimento e Organizações não governamentais (ONG's). As características específicas desse setor, sujeito a condições naturais e variações de produção, geraram demandas por políticas de proteção e estímulo para compensar as instabilidades. No entanto, as negociações internacionais têm enfrentado dificuldades em alcançar consenso entre os países membros, especialmente no que diz respeito à agricultura.

A maior oposição aos acordos agrícolas provém dos países da União Europeia, dos Estados Unidos e do Japão, os quais frequentemente empregam políticas estatais para interferir no comércio agrícola. Essa resistência é motivada por pressões internas de representantes do agronegócio dentro dos governos e pela intensificação da concorrência no setor. A oposição é gerada por pressões internas de “representantes do agronegócio nos governos e pela crescente concorrência no setor. Nos países da OCDE, a agricultura representa apenas 2% do PIB, enquanto nos países em desenvolvimento corresponde à cerca de 25%” (Acharya; Daly, 2004 *apud* Rodrigues; Paula, 2008). A principal consequência desse novo contexto é o “fim das fronteiras entre políticas domésticas e políticas externas, principalmente a de comércio externo” (Thorstensen, 1998, p.58). Essa circunstância demanda que o comércio de bens e serviços e o investimento sejam coordenados em níveis multilaterais, enquanto as normas de comportamento dos parceiros comerciais passam a ser supervisionadas e arbitradas também em escala internacional.

Ao mesmo tempo, iniciativas agrícolas nos países da OCDE pareciam estar minando os esforços multilaterais. O Ato Agrícola dos Estados Unidos em 2002 aumentou o nível de apoio aos agricultores americanos e fortaleceu a ligação entre subsídios e decisões de produção. Um ano depois, a reforma agrícola comum da UE em Luxemburgo, em 2003, também foi decepcionante. A reforma da UE transfere o apoio de subsídios limitadores da produção para outras formas mais aceitáveis de apoio agrícola (os chamados subsídios da Caixa Verde), que são considerados menos distorcidos do comércio. No entanto, o nível de apoio aos produtores permanecerá praticamente constante, com projeção de queda apenas de 57% para 56% (OCDE, 2004). Além disso, a reforma tem pouco impacto nos subsídios à exportação ou nas barreiras de importação. Ambas as iniciativas ficaram aquém das expectativas e sinalizaram o compromisso limitado dos Estados Unidos e da União Europeia com a reforma agrícola.

Consequentemente, “ambos os planos tiveram um efeito depressivo no clima das negociações agrícolas multilaterais” (Stiglitz; Charlton, 2005, p.58). Os subsídios à agricultura podem distorcer os preços de mercado, tornando os produtos agrícolas subsidiados artificialmente mais baratos do que seriam de outra forma. Isso pode afetar a competição com produtores de outros países que não recebem subsídios e podem resultar em desequilíbrios no comércio internacional.

4 CONCLUSÃO

As políticas comerciais e financeiras globais têm contribuído para a insegurança alimentar e têm minado os meios de subsistência. A persistência da agricultura local, em parte, representa uma resposta à resistência contra o acordo sobre agricultura da Organização Mundial do Comércio (OMC) e à imposição de disciplinas comerciais multilaterais na política agrícola nacional. Embora não rejeite explicitamente o comércio, a agricultura familiar é associada a uma preferência por mercados locais. Desafia as estruturas do comércio internacional existentes. Assim, buscamos oferecer uma perspectiva sobre a baixa produtividade da agricultura familiar e a fome, não apenas sob uma ótica técnica, mas também como um fenômeno intrinsecamente associado a processos político-econômicos e sociais mais amplos. A subordinação da agricultura familiar aos ditames das políticas das instituições financeira internacionais poderá marginalizar milhões de pequenos produtores e de negligenciar oportunidades para influenciar as regras comerciais de forma mais soberana em relação à alimentação.

REFERÊNCIAS

AJL, Max. **The hidden legacy of Samir Amin: delinking’s ecological foundation**. Netherlands: Wageningen University. *Review of African Political Economy* 2021, VOL. 48, NO. 167, 82–101. <https://doi.org/10.1080/03056244.2020.1837095>.

AMIN, Samir. **Contemporary Imperialism and the Agrarian Question**. In: *Agrarian South: Journal of Political Economy* 1 (1): 11–26, 2012. Disponível: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/227797601200100102>. Acesso 30/03/2024.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. São Paulo: Unicamp, 1998.

MAZOYER, Marcel and ROUDART, Laurence (2009). **História das Agriculturas no mundo: Do Neolítico à Crise Contemporânea**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 2009.

RODRIGUES, Tatiana S. Fukuda; PAULA, Nilson M. de. **A agricultura nas negociações multilaterais da Rodada Doha e suas implicações para o Brasil**. Revista de Economia, v. 34, n. 2 (ano 32), p. 95-115, maio/ago. 2008. Editora UFPR. <https://revistas.ufpr.br>

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Vol. I. Tomo II. Coleção Os Economistas. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Método de Marx**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STIGLITZ, Joseph E. and CHARLTON, Andrew. **Fair Trade for All: How trade can promote development**. New York: Oxford University Press, 2005.

PETRAS, James. **Estado imperial, imperialismo e império**. Disponível: <https://www.aporrea.org/tiburona/a24963.html>/acesso em 14 de Junho de 2023.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

THORSTENSEN, Vera. A OMC – **Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre investimentos e concorrência**. Rev. Bras. Polít. Int. 41 (1): 57

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. 2004